

Brasil vai defender estatuto do índio

Projeto tramita há dez anos e relator denuncia falta de vontade política

Evandro Éboli

● BRASÍLIA. O governo brasileiro vai defender na Conferência Mundial do Racismo, em Durban, na África do Sul, a aprovação urgente do Estatuto das Sociedades Indígenas, um projeto que tramita há dez anos na Câmara dos Deputados. Mas o relator do projeto, deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR), acusou o próprio governo e o Congresso de falta de vontade política para aprovar o estatuto. Segundo ele, a base parlamentar do governo não se empenha.

Pizzatto é o relator do estatuto há dez anos, desde que o projeto foi apresentado na Câmara. Nesses anos, já foi atacado por índios, virou refém deles e visitou dezenas de aldeias para discutir o assunto.

O estatuto acaba com a tute-

la e dá amplo direito aos índios de fazerem negócios com os não-índios, sem depender da intervenção da Funai. Pelo texto, os indígenas vão receber direitos autorais e royalties sobre seus conhecimentos e sua biodiversidade. A demarcação de terras indígenas vira lei e passa a não depender de decreto presidencial.

Ações afirmativas para deficientes físicos

No documento a ser apresentado em Durban, o governo se compromete a criar um código de conduta para disciplinar a presença militar em áreas indígenas, em especial com relação às mulheres indígenas. O código seria elaborado pelo Ministério da Defesa. São inúmeros os processos de paternidade de crianças movidos con-

tra militares nessas regiões.

O governo também se compromete a promover ações afirmativas para os deficientes físicos, como garantir que os profissionais de educação dominem as linguagens de libras — de gestos, para surdos e mudos — e braile, para cegos. Segundo o relatório, 15 milhões de brasileiros são portadores de algum tipo de deficiência.

No capítulo sobre ciganos, o governo brasileiro incluiu apenas um tópico genérico, falando da necessidade de "reconhecimento por parte das autoridades da existência desses direitos específicos" (dos ciganos).

A comunidade judaica foi contemplada com uma única frase proibindo mensagens racistas e xenófobas, que difamem os judeus e incitem ao ódio contra seus valores. ■